

## JUSTIFICATIVA

**Assunto:** Necessidade de quebra de ordem cronológica de despesa liquidada – Crédito da empresa **Controle Engenharia Eirelli – ME**, inscrita no CNPJ 18.354.443/0001-46 – Processo de expansão da infraestrutura dos sistemas elétricos de média e baixa tensão do Hospital Alberto Cavalcanti – Processo de Compra 840/2015 – relevantes razões de interesse público para pagamento de obrigações – Art. 5º da Lei 8.666/93 e art. 12º do Decreto 37.924/96 – imprescindibilidade para o suporte à manutenção dos serviços públicos de saúde no âmbito da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – FHEMIG/MG.

Considerando que a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – FHEMIG foi instituída em 1977, pela fusão de três Fundações: FEAL (atendimento aos portadores de hanseníase), FEAMUR (urgência e emergência) e FEAP (atendimento psiquiátrico), todas vinculadas à Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, tendo seu patrimônio constituído em sucessão pelos bens e direitos destas fundações extintas, o mesmo ocorrendo com as obrigações assistenciais, conforme autorizado pela Lei Estadual 7.088/1977;

Considerando que a FHEMIG está vinculada à Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES) e é prestadora de serviços de complexidade secundária e terciária, exclusivamente para o Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo como Decreto nº 45.691/2011 que contém em seu Estatuto a definição de suas finalidades e competências;

Considerando que a Fundação integra 21 (vinte e uma) unidades assistenciais as quais atuam em seis complexos assistenciais, dentre estas o Hospital Alberto Cavalcanti (HAC), que está inserido no Complexo de Especialidades;

Considerando que a saúde é um direito social traduzido em ações de políticas públicas e que visa, sobretudo, perquirir a preservação da vida do usuário do *Sistema Único de Saúde*, necessitando atendimento pleno ao paciente;

Considerando que o Estado vem sofrendo redução drástica na sua arrecadação em função da conjuntura econômica atual, refletindo em seus órgãos dependentes de transferências de recursos financeiros e, no caso especificamente à FHEMIG;

Considerando que o Decreto 47.101, de 05/12/2016, veio reconhecer a situação de calamidade financeira do Estado, uma vez que este é responsável pela execução de inúmeras políticas públicas, inclusive prestação de serviços públicos essenciais à garantia da dignidade da pessoa humana e que as circunstâncias financeiras críticas e excepcionais colocam em risco sua capacidade de prover a manutenção dos serviços públicos essenciais à sociedade;

Considerando a debilidade da saúde financeira e a existência de serviços essenciais, sobretudo os que possuem vinculação direta com a atividade finalística da FHEMIG, que não podem sofrer solução de continuidade, ou mesmo terem execução prejudicada, sob pena de colocar em risco a vida da população que depende dos serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais;

Considerando o comando do art. 5º da Lei 8.666/93, que determina que cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedeça, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, **salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justifica da autoridade competente, devidamente publicada;**

Considerando a necessidade do término da execução do serviço de expansão da infraestrutura dos sistemas elétricos de média e baixa tensão do Hospital Alberto Cavalcanti para que a unidade possa colocar em operação o TOMOGRAFO e prestar assistência aos pacientes do hospital, da região e de toda a rede Fhemig. Considerando ainda que o equipamento estava na caixa há mais de 2 anos aguardando o término dos serviços para que possa ser colocado em funcionamento. Considerando que o serviço foi iniciado e a obra foi abandonada pela primeira empresa vencedora do certame e neste caso, diante do contexto, houve a necessidade de quebra cronológica para pagamento do fornecedor

E nesse contexto que a relevância do interesse público requerido e a necessidade da FHEMIG em manter o sistema de funcionamento, justifica-se a quebra cronológica da liquidação de despesas em caráter excepcional, recepcionado pelo art. 5º da Lei 8666/93 e art. 12º do Decreto 37.924/96 a fim de se evitar prejuízo na consecução do seu objetivo principal, buscando manter as vidas dos usuários do SUS e evitar o desabastecimento.

Pelas razões expostas, informamos o pagamento da seguinte nota fiscal:

NOTA FISCAL	LIQUIDAÇÃO	VALOR
18/2016	26/12/2016	R\$ 13.387,30

  
Dr. Cláudio Antônio de Souza  
Diretor Hospitalar/Ordenador de Despesa

*Cláudio Antônio de Souza*  
MASP: 1041671-7  
CRM: 13627 - Diretor Hospitalar  
Hospital Alberto Cavalcanti - Belo Horizonte